



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 101 / 2023

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, com base no inciso III do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, apresento meus cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto a apreciação e votação, o Projeto de Lei Complementar, que *"altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 905, de 07 de julho de 2022, que institui a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV e dá outras providências"*.

O presente projeto visa corrigir a impropriedade verificada na redação primitiva da Lei Complementar nº 905, de 07 de julho de 2022 que, ao conceder mandato aos membros da Diretoria Executiva, não estendeu essa condição a todos os componentes da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV, o que se afigura como injustificável desvio da intenção do legislador ao editar a norma.

Busca, ainda, estabelecer critérios relativos à fixação e abrangência das penalidades disponibilizadas a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV para o exercício de suas atividades, inclusive no que se refere aos contratos de concessão, permissão e autorizações de serviços públicos vigentes à época da publicação da Lei Complementar nº 905, de 07 de julho de 2022, bem como promover adequação na composição do seu Conselho Consultivo de Gestão e Regulação – CGR.

Desta feita, nobres vereadores, em virtude das razões apresentadas, e com base na competência disposta no art. 66 da Lei Orgânica Municipal e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o projeto de lei complementar em anexo, ao tempo que renovo apreço e respeito a todos os integrantes dessa Colenda Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho – RO, 17 de outubro de 2023.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 17 DE OUTUBRO DE 2023.

PROTOCOLO
Divisão das Comissões
Proj. de Lei nº _____
Proj. de Lei Comp. nº 7299/2023
Resolução _____
Decreto Legislativo _____
Emenda _____
Data 19/10/23 Horário 08:30

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 905, de 07 de julho de 2022, que institui a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, aprova e sanciona a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 905, de 07 de julho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º (...)

(...)

II – Diretor Vice-Presidente da Agência de Regulação de Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV, que será o seu Vice-Presidente; **(NR)**

(...)

VIII – 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente da Secretaria Geral de Governo – SGG. **(AC)**

(...)

Art. 12. A Diretoria Executiva será composta por 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente, 01 (um) Diretor Técnico-Operacional, 01 (um) Diretor Administrativo-Financeiro, 01 (um) Diretor Jurídico e 01 (um) Ouvidor, com mandatos não coincidentes de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) única recondução. **(NR)**
(...)

Art. 41-A. A Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV poderá aplicar, no âmbito de sua atuação, as seguintes penalidades: **(AC)**

I – advertência; **(AC)**

II – multa simples; **(AC)**

III – multa diária; **(AC)**

IV – embargo de obra ou atividade; **(AC)**

V – demolição de obra; **(AC)**

VI – suspensão parcial ou total de atividades; **(AC)**

VII – sanção restritiva de direitos. **(AC)**

§ 1º A aplicação, abrangência, limites e proporcionalidade da penalidade será definida no ato de formalização do edital de cada concessão, permissão ou autorização efetivada pelo Poder Público. **(AC)**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Fis. 009
Proc. 4

§ 2º No âmbito dos serviços públicos concedidos, permitidos e/ou autorizados vigentes, e sem a previsão no respectivo instrumento editalício de formalização da relação jurídica, as penalidades previstas neste artigo deverão ser objeto do instrumento de delegação de cada relação existente, a ser formalizado entre a Prefeitura e a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Município de Porto Velho – ARPV, preservado o equilíbrio econômico financeiro das relações existentes. (AC)

§ 3º Aplica-se a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização (TRCF) aos contratos de concessão, permissão e/ou autorização de serviços públicos vigentes à época da publicação da presente Lei Complementar, preservado o equilíbrio econômico financeiro das relações existentes. (AC)”

Art. 2º Renumerar o parágrafo único e acrescentar o § 2º ao Art. 12 da Lei Complementar nº 905, de 07 de julho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 12.** (...)”

§ 1º Os Diretores permanecerão no exercício de suas funções após o término de seus mandatos até que seus sucessores sejam nomeados e empossados.

§ 2º Os membros da Diretoria Executiva não estão sujeitos a livre exoneração a qualquer tempo, pela natureza de seus mandatos.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o inciso VI do Art. 9º da Lei Complementar nº 905, de 07 de

julho de 2022.